

DF, Saúde
Auditoria do Tribunal de Contas de União constata dano de R\$ 1,4 milhão em aquisições de remédios feitas pela Secretaria de Saúde, entre 2000 e 2002. Ministros aprovam tomada de contas para recuperar dinheiro

TCU aponta prejuízo em compras

ANA MARIA CAMPOS
DA EQUIPE DO CORREIO

O Tribunal de Contas da União (TCU) constatou irregularidades nas compras de medicamentos promovidas pela Secretaria de Saúde do Distrito Federal entre 2000 e 2002, que teriam causado um prejuízo de R\$ 1,4 milhão aos cofres públicos. Em sessão realizada na semana passada, os ministros determinaram a abertura de Tomada de Contas Especial para apurar os responsáveis pelo danos levantados.

Na decisão, relatada pelo ministro Adylson Motta, o TCU também determinou ao Departamento de Auditoria do Sistema Único de Saúde (Denasus), do Ministério da Saúde, que faça rigorosa análise dos processos sobre compra de medicamentos nos últimos

três anos. O órgão deverá avaliar as transações, sem licitação, feitas pela Secretaria de Saúde com valores superiores a R\$ 100 mil.

Os ministros também decidiram recomendar à secretaria mais transparência nos gastos públicos. O TCU quer que os sistemas eletrônicos de dados da pasta sejam alimentados com todas as informações sobre licitações e dispensas, como cópia de documentos que embasaram os procedimentos. O intuito é que o acompanhamento dos atos administrativos reduza o descontrole de gastos.

Aberta em 2002 a pedido do Conselho Regional de Farmácia, a auditoria do TCU apontou um "aumento significativo" dos casos de compras diretas de medicamentos. "A cada exercício financeiro, a regra, que é a licitação, deu lugar à exceção, nas modalidades de dispensa e inexigibilidade de licitações", diz o relatório final da auditoria, anexado ao voto do ministro Adylson Motta.

De acordo com os dados levantados, em 2000 a Secretaria de Saúde gastou R\$ 16,2 milhões sem licitação. Esse número pulou para R\$ 56,8 milhões em 2001 e chegou a R\$ 82,3 milhões no ano passado. Em 2002, as despesas com compras diretas superaram as realizadas por meio de pregão, convite, tomadas de preço ou concorrência pública. Nesses casos, previstos na lei para permitir a disputa entre fornecedores, o gasto foi de R\$ 55 milhões.

ATRASO EM REPASSES

O diretor do Departamento de Assistência Farmacêutica do Ministério da Saúde, Norberto Rech, anunciou ontem que os repasses financeiros e de medicamentos para a Secretaria de Saúde do Distrito Federal estão em dia. Segundo Rech, houve um pequeno atraso nas entregas, que já está sendo regularizado. A Secretaria de Saúde elaborou e divulgou um relatório apontando que remédios para diabetes, pressão alta e hanseníase não foram repassados em alguns meses do ano. Rech diz que não foi informado sobre o desabastecimento no DF e que o documento não chegou ao ministério. O secretário de Saúde do DF, Arnaldo Bernardino, afirmou que o relatório foi feito com base no sistema de abastecimento do ministério e enviado na sexta-feira.

José Varella



MINISTRO ADYLSOM MOTTA, RELATOR DE PROCESSO: TCU REALIZOU AUDITORIA PORQUE RECURSOS DA UNIÃO FORAM USADOS

Tribunal de Contas da União

TC 018.941/2002-9

fl. 28

Consoante exposto no Relatório precedente, diversas foram as irregularidades constatadas pela equipe de auditoria na aquisição de medicamentos pela Secretaria de Estado da Saúde do Distrito Federal, cabendo destacar as compras efetuadas mediante indevida inexigibilidade de licitação, de forma antieconômica, causando dano ao Erário no montante R\$ 1.400.000,00 (um milhão e quatrocentos mil reais). Cumpre observar que os recursos utilizados pela SES/DF para a aquisição de medicamentos são provenientes do Sistema Único de Saúde, obtidos mediante transferências da União.

Assim, em face do prejuízo constatado, impõe-se a conversão dos autos em Tomada de Contas Especial na forma de díscota no art. 47 da Lei nº 8.443 de 16 de julho de 1992.

TRECHO DE VOTO DO MINISTRO-RELATOR: IRREGULARIDADES EM COMPRAS MOTIVARAM ABERTURA DE TOMADA DE CONTAS

Favorecimento

Um dos problemas citados pelo TCU foi a compra com "vale medicamentos" — contrato em que a secretaria de Saúde se comprometia a pagar no futuro por medicamentos e produtos hospitalares. Também há, segundo o

relatório da auditoria, suspeitas de favorecimento a fornecedores. "Há fortes indícios de que as aquisições de medicamentos por inexigibilidade de licitação podem ter sido efetuadas de forma antieconômica e direcionadas a determinados fornecedores",

ressaltou o ministro-relator.

Durante a investigação, auditores constataram que havia no mercado medicamentos similares ou genéricos a preços mais baixos que os adquiridos sem licitação pela secretaria de Saúde. Segundo o relatório, a secretaria não deu

justificativas para a escolha da opção mais cara. O relatório também concluiu que a secretaria não buscou descontos e pagou mais que outros órgãos públicos.

O TCU apontou indícios de envolvimento de 14 servidores nas irregularidades constatadas, entre as quais os ex-secretários de Saúde, Paulo Kalume, Jofran Frejat e Aluísio Franca. Todos deverão ser ouvidos para que apresentem justificativas para escolha de fornecedoras e medicamentos e para as dispensas de licitações. O atual secretário, Arnaldo Bernardino, não foi citado pelo relatório da auditoria.

O ex-secretário Jofran Frejat, que ocupou o cargo por quatro vezes nos quatro mandatos do governador Joaquim Roriz, defende-se das acusações. Ele ainda não foi notificado para comparecer ao TCU, mas garante que as licitações foram feitas dentro da lei. "Se havia demora em uma licitação, não tínhamos outra saída senão dispensá-la. Fizemos isso em casos de emergência", explicou.

Em relação à compra de medicamentos mais caros nas licitações, enquanto havia outros com preços mais baixos, Frejat diz que não havia alternativa. "O único comprado mais caro foi a Heritropoietina (remédio usado para aumentar glóbulos vermelhos). Existem três tipos e os médicos podem receitá-la de acordo com a necessidade do paciente", afirma. O ex-secretário conta que há doentes que não podem tomar Albumina — substância contida no medicamento que pode fazer mal a quem é alérgico — e por isso teve de adquirir um tipo mais caro.

O porta-voz do GDF, Paulo Fona, disse que as autoridades citadas ainda vão se pronunciar na Justiça e se defenderão no momento oportuno.

COLABOROU FABÍOLA GÓIS